



Por um ranking social de avaliação parlamentar

Antônio Augusto de Queiroz*

Com a proximidade das eleições gerais de 2018 é fundamental que o eleitor fique atento para uma escolha consciente, analisando com todo cuidado tanto a trajetória, o perfil, os compromissos e os interesses representados pelos candidatos – sejam eles detentores de mandatos ou não – quanto as fontes que avaliam os candidatos, especialmente os portais com ranking político.

Se isto já era uma necessidade antes, agora que a onda neoliberal voltou com força total – hegemônica pelo governo federal, o mercado e a mídia – o cuidado deve ser redobrado porque existem várias instituições que avaliam os candidatos, oferecendo serviço de “interesse público” e gratuito, mas claramente o fazem em nome do poder econômico, recomendando ou certificando como bons apenas aqueles comprometidos com a agenda do mercado.

Estes, para disfarçar seus reais interesses, definem vários critérios, inclusive de natureza ético-moral, e determinam variação na pontuação – considerando maior pontuação negativa tudo que contrarie o interesse do mercado e pontuação menor para os demais itens da avaliação – além de constituírem conselhos – geralmente integrados por acadêmicos ou executivos de empresas com formação liberal ortodoxa e fundamentalista do ponto de vista fiscal – para analisar e julgar

o voto dos parlamentares em relação ao mérito das políticas públicas.

É verdade que há órgãos sérios de avaliação, com critérios justos, mas existem muitos que, disfarçados de defensores da democracia e do civismo, criam critérios, aparentemente científicos e acadêmicos, para apresentar como bons apenas candidatos sem qualquer compromisso ou sensibilidade social. O exemplo a seguir é ilustrativo do que se afirma.

Segundo um desses portais, se um parlamentar votar contra a Reforma Trabalhista ou contra o Congelamento do Gasto Público para evitar a paralisia dos serviços públicos aos mais pobres, por exemplo, perde muitos pontos no ranking, mas se votar a favor do corte de direito de aposentados rurais, dos beneficiários da assistência social ou a favor de legislação que descaracterize a prática do trabalho escravo, porque significa economia para o Estado ou para o empregador, recebe uma avaliação positiva e cresce no ranking.

É comum, nesse tipo de portal, os líderes mais fundamentalistas da bancada ruralista – especialmente aqueles mais refratários (resistentes) à proteção do meio ambiente e à reforma agrária e mais favoráveis à revisão da demarcação das terras indígenas – estarem entre os melhores.

E parlamentares como o senador Paulo Paim (PT-RS), cuja trajetória se confunde com a defesa dos mais vulneráveis, figuram entre os priores.

Um bom critério para avaliar o compromisso do parlamentar é saber como votou em temas relevantes durante a legislatura. O DIAP está concluindo levantamento amplo, que inclui temas do mundo do trabalho, como Reforma Trabalhista e Terceirização, passando por temas fiscais e do papel do Estado, como a PEC do Congelamento do Gasto Público e a retirada da Petrobras da condição de operadora única do Pré-Sal, e por temas da Reforma Política, até julgamentos políticos, como o processo de *impeachment* de Dilma, a cassação de Eduardo Cunha e as duas denúncias contra o presidente Michel Temer (MDB). Mas já colocou disponível algumas votações no portal, que permitem uma avaliação criteriosa do desempenho parlamentar.

É urgente que as organizações da sociedade civil se articulem para definir um ranking de avaliação parlamentar, incluindo como critério, por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definido pela Organização das Nações Unidas (ONU), porque é amplo o suficiente para incluir temas de direitos humanos, questões ambientais, investimentos em infraestrutura, entre outros pontos relevantes para a qualidade de vida da população e não exclusivamente os temas de interesse do mercado, como a maioria dos portais que atualmente fazem esse ranking.

(*) *Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap*

Princípios republicanos

Artigo enumera os princípios para eleger candidatos comprometidos com o povo

Página 3

Poder Legislativo

Salvo mudanças no humor do eleitor, tendência será de reeleição entre 60% e 70% da atual Câmara

Página 5

Câmara dos Deputados

Levantamento preliminar do DIAP constata número recorde de pretendentes à reeleição

Encarte

ELEIÇÕES 2018

Troca-troca partidário e mercado de deputados

A 1ª data relevante das eleições de outubro de 2018 entrou em vigor no dia 7 de março e se estende até 7 de abril. Trata-se da “janela partidária”, em que deputados federais e estaduais e senadores poderão trocar de partido com vistas às eleições gerais próxima. Segundo a Lei 13.165/15, que alterou a 9.096, de 19 de setembro de 1995, acrescentando o artigo 22-A, inciso III: “mudança de partido efetuada durante o período de 30 dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente” pode-se mudar de legenda sem perder o mandato.

Com a chamada “janela partidária” aguardam-se mudanças que poderão alterar a configuração e a correlação de forças no Congresso Nacional.

Variável relevante que sofrerá mudanças é o Fundo Partidário, que foi alterado no ano passado. O fundo é composto por 2 fontes: a verba da compensação fiscal a rádios e TV pela veiculação da propaganda partidária e 30% do valor das emendas impositivas de bancada estadual.

As emendas são direitos garantidos pela Constituição para os congressistas e para as bancadas dos estados no Congresso. Normalmente, são utilizadas para realizar obras em municípios.

Nestas eleições não é permitido a doação por empresas para a campanha.

Por isso, foi criado o Fundo Eleitoral com previsão de gasto público em torno de R\$ 1,7 bilhão. Como os partidos já têm o valor do Fundo Partidário – de cerca de R\$ 1 bilhão – as siglas poderão contar com o montante de R\$ 2,7 bilhões.

A distribuição do Fundo Eleitoral foi definida por meio de outro projeto, do deputado Vicente Cândido (PT-SP), também aprovado pelo Congresso. Assim, pelas regras estabelecidas, quanto maior a bancada na Câmara, mais recursos o partido recebe do Fundo Eleitoral, aprovado no ano passado. Pelas novas regras, 48% do valor serão divididos proporcionalmente ao número de assentos na Câmara. O valor previsto para 2018 é de R\$ 1,7 bilhão.

O principal atrativo utilizado pelas legendas será justamente o dinheiro público que bancará as campanhas.

“JANELA PARTIDÁRIA”

Sete meses antes do pleito abre-se prazo de 1 mês, entre 7 de março e 7 de abril, para que os detentores de mandato parlamentar possam trocar de legenda para disputar novo mandato.

Segundo levantamento preliminar do portal Poder360, chamado de “placar da fisiologia”, o partido que mais pode ganhar com o troca-troca é o DEM. A legenda elegeu em 2014, 21 deputados. Conta hoje com 33 membros e poderá acrescentar mais 10 aos seus quadros.

Ainda segundo o Poder360, que consultou as dez maiores legendas, quem mais perderá será o PSB. A sigla elegeu, em 2014, 34 deputados. Conta hoje com bancada de 32 membros e poderá perder 5 deputados.

| MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA - PESQUISA PODER 360 | | | | |
|--|---------------|--------------|----------------|--|
| PARTIDO | BANCADA ATUAL | PREVISÃO | | BANCADA FUTURA, SE AS PREVISÕES ESTIVEREM CORRETAS |
| | | Quantos saem | Quantos entram | |
| MDB | 59 | -8 a -10 | +8 a +10 | 59 |
| PT | 57 | 0 | +1 | 58 |
| PSDB | 46 | -2 | 0 | 44 |
| PP | 45 | -1 | +7 | 60 |
| PSD | 41 | 0 | +5 | 46 |
| PR | 37 | -4 | +7 | 42 |
| DEM | 33 | 0 | +10 | 45 |
| PSB | 32 | -5 | +1 | 30 |
| PRB | 22 | -2 | +2 | 22 |
| PDT | 21 | 0 | 0 | 21 |

EXPEDIENTE

Publicação do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Endereço: SBS - Edifício Seguradoras
Salas 301/7 - 70093-900 - Brasília-DF
www.diap.org.br
diap@diap.org.br
Fones: (61) 3225-9704/9744
Fax: (61) 3225-9150

Supervisão
Ulisses Riedel de Resende
Edição
Viviane Ponte Sena
Redação

Alice Coutinho, Alysson de Sá Alves, André Luis dos Santos, Antônio Augusto de Queiroz, Iva Cristina de Sant'Ana, Marcos Verlaine, Neuriberg Dias, Robson Graça e Viviane Ponte Sena

Diagramação
Fernanda Medeiros da Costa
Fone: (61) 3224-5021
Ilustração capa: Cerino
Impressão: Stephanie Gráfica e Editora

CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Presidente
Celso Napolitano (SINPRO-SP e FEPESP)

Vice-Presidentes
Carlos Cavalcante Lacerda (CNTM-Força Sindical - Licenciado)
Pedro Armengol (CONDSEF-CUT)
José Avelino (FETEC-CUT/CN)
Mária das Graças Costa (CUT Nacional)
Ricardo Nerbas (CNPL)

Superintendente
Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF-DF)

Suplente
José Renato Inácio de Rosa (FED. NAC. DOS PORTUÁRIOS)

Secretário
Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

Suplente
Mário Lúcio Souto Lacerda (CTB)

Tesoureiro
Izac Antonio de Oliveira (FITEE)

Suplente
Leonardo Bezerra Pereira (SIND. DOS EMPR. COM. HOT. E SIMILARES-DF)

Conselho Fiscal

Efetivos
Aluizio Firmiano da Silva Junior (SIND. NACIONAL DOS MOEDEIROS)
Itamar Revoredo Kunert (CSB)
Edmilson Wanderley Lacerda (BANCARIOS-DF)

Suplentes
Arthur Emílio O. Caetano (STIU-DF-FNU)
Luiz Fernando Pereira Souza (FENAJUD)
Landstone Timóteo Filho (FITRATTELP)

PRINCÍPIOS REPUBLICANOS

Contribuição para melhorar a representação

Antônio Augusto de Queiroz*

As eleições gerais cumprem uma função fundamental na democracia e na consolidação do sistema republicano, cuja base é a alternância no poder. É a oportunidade para discutir projetos e visão de mundo, sufragando nomes que irão dirigir o País e formular e implementar políticas públicas nos próximos quatro anos, nas dimensões regulatórias, distributivas e redistributivas.

O **Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)** edita, há cinco eleições, uma cartilha com “orientação a candidatos e eleitores”, sempre na perspectiva da defesa do voto consciente e da eleição de pessoas comprometidas com os princípios republicanos, fornecendo dicas e informações sobre como eleitores e candidatos devem agir de forma ética e transparente.

A publicação deste ano, divulgada no início de março, sob o título “Eleições Gerais: orientação a candidatos e eleitores”, traz os principais passos e recomendações de uma campanha limpa, com respeito ao eleitor e ao ordenamento legal que disciplina o pleito. Vale a pena ler no portal do **DIAP**: www.diap.org.br

Para além da cartilha – cuja concepção, pesquisa e redação é de minha autoria – aproveitamos este momento pré-eleitoral, em que muitos movimentos pretendem definir critérios para apoiar candidatos, e ousamos propor algumas recomendações para a escolha de nomes éticos e comprometidos com os princípios republicanos, a partir da sugestão de uma espécie de compromisso público dos candidatos.

Nessa perspectiva, recomendamos que esse manifesto público se inicie com alguns “considerandos”, como os abaixo reproduzidos, e na sequência alguns compromissos objetivos com condutas e pautas, sem prejuízo de outros que os movimentos possam acrescentar. Esse compromisso público vale tanto para os atuais parlamentares que disputem a reeleição, quanto para novos candidatos.

“Considerando que o povo, na condição de eleitor, é o legítimo titular do poder e quando vota em alguém, conferindo mandato para representá-lo, o faz com base na trajetória – política, pessoal, profissional e ética – do candidato, com fundamento no programa apresentado durante a campanha e com exigência de prestação de contas;

Considerando que o eleitor também espera que o candidato, uma vez eleito e no cumprimento do mandato, seja autêntico e republicano no exercício das três dimensões da atuação parlamentar, como representante, legislador e fiscalizador dos atos e gastos governamentais;

Considerando que a coerência entre discurso e prática é que legitima o exercício da representação e da governança;

Considerando que o movimento social só patrocina candidaturas comprometidas com causas e projetos que coincidam com os interesses, aspirações, desejos e reivindicações de sua base;

Considerando que a descrença na política, nos detentores de mandato e nos agentes públicos, de modo geral, decorrente da ausência de confiança na seriedade, na decência e no compromisso dos representantes para com os representados; e

Considerando, ainda, que a ética e a transparência são pressupostos indispensáveis à relação de confiança entre representante e representado.

Eu candidato fulano de tal _____
_____ assumo o compromisso público com:

1) ÉTICA NA CONDUÇÃO DO MANDATO

1.1) Só contratar para o gabinete pessoas ficha limpa;

1.2) Só apoiar para cargos públicos pessoas capacitadas e ficha limpa;

1.3) Só patrocinar ou apoiar proposições que sejam defensáveis ética e moralmente;

1.4) Não aceitar chantagem, ameaça ou favor em troca de votos no Legislativo; e

1.5) Não transigir com desvio de conduta.

2) TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

2.1) Divulgar o posicionamento como parlamentar em todas as votações no âmbito do Legislativo;

2.2) Publicar a agenda institucional do gabinete;

2.3) Informar como serão gastas as verbas de gabinete e as verbas indenizatórias; e

2.4) Divulgar a forma e o destino das emendas ao orçamento.

3) LEALDADE AO PROGRAMA DE CAMPANHA (MÉRITO)

3.1) Apoiar e defender a regulamentação da Constituição e sua implementação plena, no tocante aos direitos e garantias e aos princípios da ordem social, da tributação e da ordem econômica;

3.2) Apoiar e defender o fortalecimento do Estado, especialmente na prestação de serviços públicos de qualidade nas áreas de saúde, educação, segurança e transporte, bem como valorizar a profissionalização do serviço público;

3.3) Apoiar e defender legislação de proteção social, como a trabalhista e previdenciária, sendo contrário a flexibilização ou redução de direitos;

3.4) Apoiar e defender a estabilidade econômica e a inclusão social, criando as condições para o retorno dos investimentos e da geração de emprego e renda, bem como a flexibilização ou revogação da Emenda Constitucional do Congelamento do gasto público;

3.5) Apoiar reforma política que garanta equidade na disputa eleitoral e também:

3.5.1) aproxime o representante do representado;

3.5.2) reduza os gastos de campanha;

3.5.3) combata a corrupção eleitoral; e

3.5.4) dê consistência ideológica e programática aos partidos políticos.

4) COMPROMISSO, PARTICIPAÇÃO E CONSULTA AO ELEITORADO

4.1) Mediar e intermediar, de forma transparente e sem visar vantagens pessoais, demandas dos movimentos sociais junto aos agentes públicos e privados;

4.2) Criar e manter canais de participação e interlocução para e com os segmentos organizados;

4.3) Promover consulta periódica sobre os temas relevantes da conjuntura nacional; e

4.4) Apoiar a organização da sociedade civil e sua participação no processo político e de decisão das políticas públicas”.

Em relação aos atuais parlamentares, além do compromisso, é preciso verificar como se comportaram em relação aos temas objeto do compromisso, avaliando como escolheram seus auxiliares, como gastaram a verba indenizatória e de gabinete, como alocaram as emendas do orçamento e também como votaram em relação a temas centrais, como: Congelamento do Gasto Público, Reforma Trabalhista, Terceirização, Pré-Sal, bem como em relação ao processo de impeachment, às denúncias contra o presidente Temer e a cassação de Eduardo Cunha, entre outras votações relevantes.

Para checar tais informações, em relação aos atuais parlamentares, basta acessar os portais do Congresso — Câmara e Senado — e de entidades da sociedade civil, inclusive o do DIAP, ou recorrer à Lei de Acesso à Informação, solicitando aos órgãos responsáveis.

A melhoria da representação política requer esforço e tem custos, mas vale muito a pena ir atrás dessas informações, tanto para contribuir para melhorar o País, quanto para dormir tranquilo com sua consciência, porque buscou sufragar aqueles mais preparados, mais éticos e mais comprometidos com os interesses da maioria. Os movimentos sociais e entidades da sociedade civil podem ajudar muito na organização e sistematização de informações que orientem o voto consciente.

(*) *Jornalista, consultor, analista político e diretor de Documentação do Diap*

Líderes distribuem comando das comissões na Câmara

O Colégio de Líderes definiu os partidos que comandarão as 25 comissões permanentes da Câmara dos Deputados neste final de legislatura. Muitos nomes também já foram indicados pelos líderes e serão eleitos formalmente na instalação dos colegiados.

PAPEL DAS COMISSÕES

São órgãos técnicos criados pelo Regimento Interno da Casa e constituídos de deputados/as, com a finalidade de discutir e votar as propostas de leis que são apresentadas à Câmara. Em relação a determinadas proposições ou projetos, as comissões se manifestam emitindo opinião técnica sobre o assunto, por meio de pareceres, antes de o assunto ser levado ao plenário.

Em relação a outras proposições, os órgãos decidem, aprovando-as ou rejeitando-as (terminativos), sem a necessidade de passarem pelo plenário da Casa. A composição parlamentar desses

órgãos técnicos é renovada a cada ano ou sessão legislativa. Na ação fiscalizadora, as comissões atuam como mecanismos de controle dos programas e projetos executados ou em execução, a cargo do Poder Executivo. Estas comissões perduram enquanto constarem do Regimento Interno.

Pela distribuição proporcional entre os partidos, o comando das comissões permanentes fica assim:

- Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - PP
- Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - PSD
- Constituição e Justiça e de Cidadania - MDB
- Cultura - PSD
- Defesa do Consumidor - PSB
- Defesa dos Direitos da Mulher - PCdoB
- Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - PSC
- Defesa dos Direitos das Pes-

soas com Deficiência - PSDB

- Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - SD
- Desenvolvimento Urbano - PT
- Direitos Humanos e Minorias - PT
- Educação - PP
- Esporte - PR
- Finanças e Tributação - PP
- Fiscalização Financeira e Controle - PODE
- Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia - MDB
- Legislação Participativa - PDT
- Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - PT
- Minas e Energia - PRB
- Relações Exteriores e de Defesa Nacional - PSDB
- Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - PR
- Seguridade Social e Família - DEM
- Trabalho, de Administração e Serviço Público - PTB
- Turismo - PSB
- Viação e Transportes - PR

PODER LEGISLATIVO

Reflexões sobre tendências do próximo Congresso

*Antônio Augusto de Queiroz**

Salvo mudanças inesperadas no humor do eleitorado, a tendência será de reeleição entre 60% e 70% da atual Câmara dos Deputados — um dos mais altos das sete últimas eleições — o que poderá levar para a próxima legislatura as práticas e os vícios da atual composição legislativa.

Entretanto, a crise fiscal, a transparência e a pressão da sociedade sobre a futura Câmara não permitirão nem aceitarão a repetição dos vícios e práticas atuais, deixando os futuros deputados sem ambiente para continuar trocando seus votos por favores, emendas e cargos, como tem sido hábito na política brasileira. A vedação do financiamento empresarial tornará ainda mais difícil ocultar rendas ilícitas e exporá os que atuarem ao largo da ética ao escrutínio da mídia e dos órgãos de controle.

A crise fiscal, por exemplo, não permitirá concessões — em termos de renúncias fiscais, incentivos, anistias e liberações de emendas — como as feitas em troca de votos a favor de matérias impopulares tocadas pelo atual governo, como a Reforma Trabalhista, a terceirização, o congelamento de gasto público, etc e contra as duas denúncias contra o presidente da República.

A transparência, por sua vez, permitirá rápida identificação, pelos órgãos de fiscalização e controle, inclusive a imprensa, de qualquer uso indevido do mandato para a prática de atos ilícitos, seja em proveito próprio ou de terceiros.

A legislação em vigor sobre o tema — especialmente a Lei Geral de Acesso à Informação, a Lei de Responsabilização da Pessoa Jurídica, a nova Lei de Lavagem de Dinheiro e Lei de Combate ao Crime Organizado

e da Delação Premiada — bem como a autonomia dos órgãos de fiscalização e controle são suficientes para identificar e apurar qualquer comportamento ilegal ou reprovável ética e moralmente. A punição, porém, ainda dependerá da velocidade com que esses delitos sejam julgados, mas a própria extensão do foro privilegiado para os parlamentares nos moldes atuais parece ter os dias contados.

A pressão e fiscalização da sociedade, igualmente, tende a aumentar, tanto pela redução ou mesmo privação de serviços públicos, decorrentes da crise fiscal, quanto por força das leis de transparência disponíveis. A intolerância a desvio de conduta, portanto, aumentará significativamente.

Assim, sob a perspectiva de atuação em bases fisiológicas e de usurpação de recursos públicos, o ambiente tende a ser mais hostil a essas práticas. Entretanto, do ponto de vista da agenda congressual, a tendência será de continuidade, exceto se o Presidente for de centro-esquerda ou houver aumento das bancadas dos partidos de esquerda e centro-esquerda na próxima composição da Câmara, que poderia moderar um pouco a fúria liberal e fiscalista em curso.

A julgar pelos elementos de análise disponíveis, o perfil da nova composição da Câmara, salvo crescimento significativo das forças progressistas, tende a ser:

- 1)** liberal, do ponto de vista econômico;
- 2)** fiscalista, do ponto de vista de gestão; e
- 3)** conservador, do ponto de vista dos valores.

Com tal perfil, a permanência das empresas estatais, a continuidade da prestação de serviços públicos

sem terceirização, a manutenção do pouco que ainda resta de proteção social dependerá da visão de mundo do próximo Presidente da República. Se alinhado com esse perfil do futuro Congresso, o risco de desmonte será real; se o próximo Presidente for de centro-esquerda, há formas e meios de resistência à agenda neoliberal e conservadora do Congresso; e, se for de direita, o retrocesso em termos de valores será enorme.

Qualquer que seja o desfecho do processo eleitoral, duas tendências parecem inexoráveis:

- 1)** a de que ser parlamentar, governante ou agente político nos próximos anos não será tarefa fácil, tanto pelo custo de imagem, quanto pela dificuldade em atender às demandas da população, e
- 2)** a de que será exigido dos novos governantes muita prudência, equilíbrio emocional e competência para evitar a completa rejeição da sociedade ao sistema representativo, de um lado por potencial colapso dos serviços públicos, e, de outro, por possíveis rebeliões e até desobediência civil, se não houver calibragem dessas políticas fiscais e liberais em marcha.

Os níveis de confiança da sociedade no Parlamento e nos partidos políticos já estão nos níveis mais baixos da história, e uma queda ainda maior nessa confiança terá um preço e um risco muito altos.

Preparemos-nos para tempos tumultuados do ponto de vista da legitimidade do sistema representativo, especialmente se persistir a agenda do atual governo, que prioriza aspectos liberais e fiscais em detrimento dos sociais.

() Jornalista, consultor, analista político e diretor de Documentação do Diap*

Assembleia geral autoriza desconto da taxa sindical

Nota técnica da SRT/MT legitima assembleia geral para autorizar desconto da contribuição sindical

A disputa institucional para garantir recursos financeiros para os sindicatos ganhou mais 1 lance importante. O secretário de Relações do Trabalho, Carlos Cavalcante de Lacerda, assinou nota técnica em que legitima a assembleia geral da categoria para efetivar o desconto da contribuição sindical.

Trata-se da Nota Técnica N° 2/2018/GAB/SRT, que declara válida a autorização da assembleia geral da categoria para o desconto da contribuição sindical de março de 2018.

O entendimento da SRT baseia-se no Enunciado 38, da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e em interpretação sistemática das normas que regulam a matéria.

“I - É lícita a autorização coletiva prévia e expressa para o desconto das contribuições sindical e assistencial, mediante assembleia geral, nos termos do estatuto, se obtida mediante convocação de toda a categoria representada especificamente para esse fim, independentemente de associação e sindicalização.

II - A decisão da assembleia geral

será obrigatória para toda a categoria, no caso das convenções coletivas, ou para todos os empregados das empresas signatárias do acordo coletivo de trabalho.

III - O poder de controle do empregador sobre o desconto da contribuição sindical é incompatível com o caput do art. 8º da Constituição Federal e com o art. 1º da Constituição 98 da OIT, por violar os princípios da liberdade e da autonomia sindical e da coibição aos atos antissindicais.”

Em vários estados, as cortes trabalhistas têm acatado as ações civis públicas no sentido de reconhecer as assembleias gerais das categorias laborais como fóruns legítimos para autorizar o desconto.

A Lei 13.467/17 alterou o desconto automático e compulsório da contribuição sindical anual em favor das entidades sindicais exigindo-se, portanto, para fazê-lo autorização expressa e prévia do trabalhador.

ESCLARECIMENTO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO

É preciso que fique bem claro que a contribuição sindical não foi

extinta. O que mudou foi a forma de cobrança. Com isso, a contribuição sindical, correspondente a 1 dia de trabalho por ano, que antes tinha caráter compulsório (obrigatório), passa a ser voluntária pois depende da prévia e expressa autorização do trabalhador, no caso das categorias profissionais, e da empresa, no caso das categorias econômicas.

O imposto não foi extinto, mas condicionado o desconto à autorização prévia e expressa das categorias profissionais e econômicas.

Isto significa que o desconto automático da contribuição deixa de existir, perdendo seu caráter parafiscal, e a entidade sindical só receberá essa modalidade de contribuição se o trabalhador, no caso dos sindicatos de empregados, e o empregador, no caso das empresas, autorizarem expressa e previamente o desconto.

No entendimento do DIAP, porém, a autorização poderá vir por meio da assembleia da respectiva categoria; seja profissional, seja econômica; convocada especificamente para tal fim, ou na própria Pauta de Reivindicações, como cláusula específica.

Deputado Paulinho apresenta recurso contra prejudicialidade de projeto sobre contribuição sindical

O deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), Paulinho da Força, apresentou em 20 de março recurso contra a declaração de prejudicialidade do projeto que regulamenta a contribuição sindical, em virtude da aprovação das leis da Reforma Trabalhista e do Trabalho Temporário.

Trata-se do PL 5.795/16, oriundo de comissão especial, que cria o Conselho Nacional de Autorregulação Sindical (CNAS); regulamenta a contribuição negocial, que não poderá ser superior a 1% da remuneração bruta anual do trabalhador; fixa a contribuição sindical em R\$ 88,92

para os trabalhadores autônomos e em R\$ 217,20 para os profissionais liberais. Estabelece que a câmara dos trabalhadores será composta por 9 conselheiros, sendo 6 representantes de centrais sindicais e 3 representantes de confederações de trabalhadores.

A câmara dos empregadores será composta por 9 conselheiros indicados pelas respectivas confederações. Quanto aos servidores públicos, estipula que a contribuição sindical será o equivalente a um dia de remuneração relativa ao mês de março. Além disso, altera a Lei 8.112, para

conceder a licença remunerada dos servidores públicos para o exercício do mandato classista.

INTERDIÇÃO DO DEBATE

O relator da Reforma Trabalhista na Câmara, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) apresentou e foi aprovado parcialmente requerimento para arquivar as proposições que poderiam alterar a Lei 13.467/17.

TRAMITAÇÃO

O recurso vai ser submetido ao plenário da Câmara dos Deputados e, se aprovado, a matéria voltará a tramitar na Casa.

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

A inclusão social como eixo da campanha de 2018

Antônio Augusto de Queiroz*

Nas sete últimas eleições presidenciais três temas sempre estiveram presentes nas campanhas: 1) estabilidade macroeconômica, 2) inclusão social e 3) combate à corrupção.

Em todas essas eleições ganhou o candidato – comprometido com esses eixos – que conseguiu transmitir esperança e confiança ao eleitor. Esperança de que a vida das pessoas mudaria para melhor, com emprego e renda e oportunidade de ascensão social. E confiança de que o candidato e sua equipe seriam capazes de transformar o programa em realidade.

Os que, após FHC, insistiram em privilegiar a estabilidade macroeconômica sobre a inclusão social, mesmo com o discurso de combate à corrupção, não conseguiram lograr êxito, exatamente porque a função do Estado, para a maioria da população, é combater desigualdades e criar condições para que as pessoas ascendam socialmente.

Nesta eleição de 2018, entretanto, as forças de mercado acham que podem ganhar o pleito apenas com uma narrativa liberal e fiscal, acompanhada de um discurso conservador em relação aos valores. Ledo engano, especialmente se as forças de esquerda, democráticas, progressistas e populares souberem explorar os eixos corretos e denunciar o desmonte em curso.

O discurso de “realismo fiscal”, sem qualquer calibragem sobre quem será sacrificado, a precarização do trabalho, a desregulamentação do bem-estar social e o desmonte do aparelho de Estado na prestação dos serviços públicos, patrocinado pelo atual governo e pelas candidaturas de “centro”, não sensibilizam nem convencem o eleitor médio, que será o principal prejudicado.

A esquerda, ao contrário, deve se unir em torno de um programa que sinalize para o restabelecimento dos direitos, da defesa do Estado como

| ANO DA ELEIÇÃO | EIXOS DE CAMPANHA |
|----------------|---|
| 1989 | Renovação ética (combate à corrupção) e inclusão social |
| 1994 | Estabilidade econômica (Plano Real) |
| 1998 | Continuidade da estabilidade |
| 2002 | Combate à miséria e inclusão social |
| 2006 | Prosperidade econômica e ascensão social |
| 2010 | Consolidação das conquistas sociais |
| 2014 | Sustentabilidade econômica e social |

prestador de serviços e fornecedor de bens e renda para os mais necessitados, além de regulador das relações entre as pessoas e entre estas e as instituições para coibir abusos e excessos, inclusive os praticados pelo mercado.

Nessa perspectiva, é preciso defender um ideário que ao mesmo tempo garanta equidade na relação entre patrões e empregados, desequilibrados pela Reforma Trabalhista, e assegure os serviços e programas sociais do Estado, condições indispensáveis para garantir dignidade e oportunidades aos mais vulneráveis.

Apesar das dificuldades, os partidos de esquerda dispõem de boas estruturas partidárias, contam com tempo de TV razoável, têm militantes, exercem influências nas redes sociais e seus programas coincidem com os interesses e aspirações da maioria do povo.

Neste pleito de 2018, devem sintetizar seus eixos de campanha em três condições indispensáveis à confiança nos agentes públicos, à capacidade das instituições de prestar serviços públicos e à criação de emprego e renda: renovação ética, estabilidade fiscal e inclusão social.

Para melhor explicitar, a esquerda precisa ser clara no sentido de: 1) renovação ética, em razão dos escândalos revelados pela Lava Jato; 2) estabilidade fiscal, por força do desequilíbrio das contas públicas; e 3) inclusão social e retomada do crescimento, em função da exclusão decorrente do desemprego e do congelamento do gasto público.

O mesmo raciocínio vale para o Congresso Nacional. Nas últimas quatro eleições gerais houve financiamento empresarial de campanha e não havia ameaça a direitos dos eleitores e por isso os candidatos não precisavam assumir compromissos com o eleitor, já que poderiam usar de propaganda e terceirizar a captação de votos, nem o eleitor precisava ter medo do seu voto, já que não havia ameaça a seus direitos, independentemente de votar em “a”, “b” ou “c”.

Nesta eleição, entretanto, essas duas condições desaparecerão e o candidato à reeleição ficará vulnerável: não terá dinheiro do financiamento empresarial e terá que convencer o eleitor de que irá defender seus direitos, além de demonstrar que durante o atual mandato não votou contra o interesse de seu representado. Quem apoiou o congelamento do gasto público, votou a favor do impeachment da presidente Dilma e absolveu o governo Temer nas duas denúncias de corrupção, além ter aprovado a Reforma Trabalhista, a terceirização generalizada e ter defendido a reforma previdenciária nos termos apresentados pelo governo, não terá como fazê-lo.

Esse será o cenário das eleições de outubro. A nova realidade será esta: ou se respeita a vontade do eleitor ou não terá chance de eleição ou reeleição, no caso dos que estão no exercício do mandato.

(*) *Jornalista, analista e consultor político e diretor de Documentação do Diap. Texto publicado originalmente na revista eletrônica “Teoria & Debate”*

PERFIL

Congresso mais conservador; renovação será pequena

O perfil dos deputados e senadores eleitos em 2014 surpreendeu por ter sido o mais conservador desde o golpe de 1964, frustrando a expectativa criada pelas manifestações iniciadas de junho do ano anterior. Para 2018, o **DIAP** arrisca um prognóstico para o pleito de outubro e, assim, evitar nova surpresa: o fenômeno conservador será potencializado pelo aumento das bancadas ruralista, religiosa, empresarial e da bala. Leia matéria publicada na Carta Capital.

“A pauta do Congresso que será eleito em 2018, com a criminalização da esquerda e o afastamento do PT do governo, tende a ser mais conservadora”, afirma o diretor do **DIAP**, Antônio Augusto de Queiroz.

Toninho, como é chamado por parlamentares e jornalistas, é um dos analistas de Congresso mais ouvidos no mundo político de Brasília. O **DIAP** foi criado há 34 anos para assessorar sindicatos de diversas categorias no acompanhamento do trabalho dos congressistas e hoje atende a 900 organizações.

Segundo ele, o crescimento conservador deve acirrar a tensão sobre temas como a redução da idade penal, a revisão do estatuto do desarmamento e a imposição de barreiras a discussões envolvendo questões de gênero. “Todas as bancadas conservadoras estão se preparando para aumentar. Será um Congresso pior que o atual”, afirma.

RENOVAÇÃO FRUSTRADA

O diretor do **DIAP** avalia também que haverá frustração no desejo de renovação do Congresso desejado pela sociedade. Este será o efeito di-

reto de mudanças feitas pelos atuais parlamentares na legislação eleitoral. Queiroz estima uma redução no índice de renovação - abaixo dos 50% desde 1994.

Na contramão, os atuais deputados serão beneficiados pelo menor tempo de propaganda eleitoral gratuita na televisão, reduzida de 45 para 35 minutos. A diminuição do tempo de campanha de 90 para 45 dias também favorecerá deputados e senadores com mandato.

Queiroz afirma que a mudança no modelo de financiamento - restrito ao fundo eleitoral, recursos próprios e doações de pessoas físicas - deve impedir o surgimento de novatos. “O candidato [com mandato] vai negociar com o partido que só fica [no partido] se a legenda der para ele prioridade nos recursos e espaço no horário eleitoral gratuito. Os novos [candidatos] que aspiram essa oportunidade [de ser parlamentar] não vão ter essa mesma oportunidade”, compara.

Os prefeitos precisarão escolher entre novos e velhos aliados, que devem ser favorecidos pela distribuição de emendas parlamentares. Cada deputado tem direito a R\$ 14,8 milhões por ano para destinar a cidades de sua base eleitoral. No total, as emendas formam bolo de R\$ 8,8 bilhões em 2018, disputado por prefeitos de todo o país.

A estrutura para exercício de mandato do atuais deputados e senadores é outro fator que joga contra estreantes nas urnas. “É uma série de vantagens que quem está chegando não tem - como o auxílio gasolina para rodar o estado, verba

de correio, funcionários de gabinete para campanha. Como o espaço será pequeno, com o tempo de campanha reduzido, embora haja no Brasil um desenho de renovação não há condições objetivas para novatos se eleger”, sugere.

FORO PRIVILEGIADO

O foro privilegiado será fator decisivo na decisão dos parlamentares de se candidatar à reeleição. O medo é perder prerrogativa de responder a processos no Supremo Tribunal Federal (STF), geralmente mais lento para julgar corruptos em relação às primeira e segunda instâncias.

De acordo com o **DIAP**, o índice tradicional de 20% de deputados que não buscam a reeleição deve cair. Com isso, a renovação será prejudicada. O cálculo é de que a cada cem deputados em reeleição, 80 conseguem renovar os votos para permanecer na Câmara. Uma peneira com mais mandatários na disputa dificulta a passagem de candidatos em busca do primeiro mandato.

O foro privilegiado deve levar alguns senadores a desistir da reeleição para tentar uma vaga na Câmara. “O que vai ocorrer é uma circulação no poder com o cara que é senador saindo para deputado”, diz o diretor do **DIAP**.

Serão 54 das 81 cadeiras em disputa no Senado, contra 513 vagas para a Câmara. “Na nossa simulação, devem se reeleger de 21 a 25 senadores. Será menos de 50% de reeleição”, afirma. “Haverá uma renovação a partir de celebridades, parentes [de políticos] e ocupantes de cargos públicos em outras estruturas como ex-prefeitos.”